

Juiz federal Antônio Oswaldo Scarpa é empossado na Corte Eleitoral baiana



O juiz federal Antônio Oswaldo Scarpa foi empossado, no início da noite de ontem, membro da Corte Eleitoral baiana. O magistrado ocupará vaga na classe dos juizes federais durante o biênio 2018-2020. A cerimônia aconteceu na Sala de Sessões do Regional, no CAB.

O novo membro do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia foi empossado pelo presidente, desembargador José Edival-

Alterada a Instrução Normativa 14-15

A alteração evolutiva e adaptativa da IN 14-15 – CONTROLE PATRIMONIAL, atualizando os métodos e procedimentos das atividades de controle patrimonial no TRF e nas Seções e Subseções Judiciárias da 1ª Região, foi aprovada por meio da Portaria Presi 6078201 e encontra-se disponível para consulta no site do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, na aba Biblioteca Digital - Atos Administrativos TRF1.

Aniversariantes

Hoje: Paulo Sérgio Silva (17ª Vara). **Amanhã:** Adriana Macedo de Araújo (17ª Vara), Ronaldo Macedo Cordeiro (Alagoinhas), Maristela Lima de Amorim (NUCOM), Carolina Lima Marques (11ª Vara), Rayanne Xavier Barreto (Barreiras), Analeia Jesus de Oliveira (Turma Recursal), Ludmila Guedes Silva dos Santos (3ª Vara), Antonio Carlos Pereira de Oliveira (VIPAC), Emmanuel Kemas e Edilene Batista (ambos da CS Gestão & Serviço).

Parabéns!

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Dirley da Cunha Júnior, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, diagramação, revisão e impressão:** Setor de Comunicação Social. **Encarregada:** Rita Miranda. **Apoio:** Rodrigo Sarmiento Silva dos Santos. **Estagiária de jornalismo:** Joyce Melo Matos. **Tiragem:** 25 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616 e 3617-2793. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.

do Rocha Rotondano, que deu as boas vindas ao juiz ao tempo em que convidou o magistrado para prestar compromisso com TRE-BA, conforme regimento do Eleitoral.

Nas declarações, Antônio Scarpa prometeu desempenhar os deveres do cargo de juiz membro do TRE-BA, “cumprindo e fazendo cumprir a Constituição e as leis da República, sempre pelo prestígio e respeitabilidade da Justiça Eleitoral”.

De acordo com o novo juiz, “fazer parte da Corte Eleitoral baiana é uma emoção muito forte. Pois, além de ser

um dos principais TRE's do Brasil, passamos por um momento de crise no país. E, além disso, as eleições se aproximam, então, será uma responsabilidade muito grande, mas, ao mesmo tempo, um privilégio poder participar de uma forma mais ativa de um momento como este”, declarou.

Além de todos os membros da Corte do TRE-BA, participaram da cerimônia: familiares e amigos do empossado, o juiz federal Dirley da Cunha Júnior, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia; o procurador do estado, Paulo Moreno – representando o governador da Bahia; Ângelo Coronel, presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto, prefeito de Salvador; Léo Prates, presidente da Câmara Municipal de Salvador; Maria das Graças Polli - representando a Procuradoria Geral de Justiça; Luís Vinicius de Aragão Costa – representando a Ordem dos Advogados da Bahia, Seccional Bahia; e o desembargador e corregedor das comarcas do interior da Bahia, Salomão Resedá, representando o presidente do Tribunal da Justiça do Estado da Bahia.

Fonte: TRE

Prorrogado o prazo para seleção de artigos sobre a aplicação da Lei Anticorrupção



O Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF) prorrogou para o dia 29 de junho o prazo para a seleção de trabalhos para publicação avulsa no ano de 2018. Denominada “Estudos sobre a Administração Pública e o Combate à Corrupção – desafios em torno da Lei n. 12.846/2013”, a publicação será editada pelo CEJ, em versão impressa e eletrônica - divulgada no portal do CJF, com acesso livre e gratuito.

O objetivo é apresentar estudos sobre o impacto e as controvérsias que a aplicação da Lei Anticorrupção é capaz de provocar nas relações jurídico-administrativas. Os artigos a serem apresentados devem tratar do tema principal, em especial, sobre: âmbito de aplicação da Lei nº 12.846/2013; responsabilidade civil; responsabilidade administrativa e culpabilidade; tipificação dos atos de corrup-

ção na Lei nº 12.846/2013; a correlação Lei nº 12.846/2013 com a Lei de Improbidade Administrativa; acordo de leniência; sanções aplicáveis; e sanções e bis in idem; dissolução compulsória da pessoa jurídica; responsabilização judicial; compliance; e, por fim, compliance e direitos fundamentais.

Os artigos deverão ser inéditos e recebidos, impreterivelmente, até as 23h59 do dia 29 de junho de 2018, pelo e-mail editoracao@cjf.jus.br. No campo “assunto”, deve ser especificado: Publicação avulsa do CEJ/2018 – Estudos sobre a Lei n. 12.846/2013. No corpo do e-mail, dados completos do autor (telefone, e-mail e endereço postal) e um breve currículo com as principais e atuais funções e cargos exercidos.

Serão aceitos trabalhos de autoria e coautoria. Os artigos recebidos serão encaminhados ao Grupo de Estudo, que selecionará aqueles a serem publicados. Os trabalhos serão avaliados quanto ao tema, relevância, abrangência (em oposição a temas específicos), atualidade e contribuição para a jurisdição da Justiça Federal. A publicação está prevista para divulgação em setembro de 2018.

Fonte: CJF

Periódicos da Biblioteca

O periódico abaixo se encontra disponível na biblioteca. A leitura pode ser solicitada pelo ramal 2606.

Revista da Ajufe – RDA - n. 96 – (1º Semestre de 2017) - Sumário:

- Apresentação – Fernando Q. da Silva
- Direito e modernidade: crítica à dogmática jurídica – Alysson M. Fontenele
- A contensão judicial pelos precedentes e o Novo Código de Processo Civil – Caio Márcio G. Taranto
- Breves apontamentos sobre a responsabilidade civil extracontratual do estado português por erro judiciário cível – Carina Cátia B. de Senna
- Políticas públicas para o desenvolvimento sustentável – Carla A. Rister
- A moderna Concepção do bem jurídico-penal organização do trabalho – Carlos Henrique B. Haddad e Vinicius Simões B. E. Fonseca
- A participação do Senado Federal no controle difuso de constitucionalidade – Fábio M. de Andrade
- Ações de saúde contra o poder público: ensaio de um roteiro decisório – Francisco G. Pessoa Alves
- Questões Polêmicas da aplicação do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) no microsistema dos juizados especiais – Frederico Augusto L. Koehler
- Breves considerações sobre a Lei da Política Nacional da Mudança do Clima e a sua relação com o Princípio do Desenvolvimento Sustentável – Gabriel Wedy
- Estabilização da tutela de urgência antecipada no Novo Código de Processo Civil – Gabriela M. Ferreira
- A presunção de inocência e o recente posicionamento do Supremo Tribunal Federal – Gerson G. da Costa
- O papel da Lei de Improbidade Administrativa no controle dos desvios de conduta dos gestores públicos – Gilvânclin M. de Lima
- A nova dimensão da legalidade em face da ordem administrativa internacional – Guilherme Fabiano J. de Rezende
- A separação do Poderes e o Conselho Nacional de Justiça: uma análise da independência do judiciário em face do CNJ – Hebert C. Pieter de Bruynn Júnior
- Capacidade contributiva, seletividade e ISS: por um sistema tributário progressivo e isonômico – Hélio Sílvio O. Campos e Daniele Késia M. dos Prazeres
- O direito de superfície na Alemanha e o seu caráter social – Leonardo E. de Assis Zanini
- A dupla face do princípio da proporcionalidade e irreversibilidade da tutela provisória no Código de Processo Civil/15 – Mônica Lúcia do N. Frias
- Interpretação forense: a experiência prática da Justiça Federal de Guarulhos e o treinamento de intérpretes – Paulo Marcos R. de Almeida e Jaqueline N. Nordim
- A regra legal tributária non olet e sua repercussão no processo penal relativo a crimes tributários, no que concerne à conexão e competência da Justiça Federal – Rodrigo R. Botelho
- O papel deontológico do juiz no novo CPC – Alexandre E. Calixto
- Breves notas sobre a prestação jurisdicional efetiva e os caminhos apontados pelo novo CPC: a ampliação do acesso à justiça em face dos métodos autocompositivos de solução dos conflitos – Sílvia Marlene de C. Figueiredo
- Los derechos humanos de los refugiados: por qué respetarlos? – Tarcísio C. Monte
- Os Fóruns promovidos pela AJUFE
- Quem Somos Letras Jurídicas Editora